A GRANDE IMPRENSA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O ESTADO DE S. PAULO COMO ATOR POLÍTICO NA GREVE GERAL DE 1917

EMERSON DA SILVA SOUSA

RESUMO

Este artigo analisa a constituição e a atuação do jornal O Estado de S. Paulo como representante da grande imprensa durante a Primeira República, com ênfase em seu posicionamento frente à Greve Geral de 1917 na cidade de São Paulo. O objetivo é caracterizar o periódico como ator político inserido nas disputas das elites paulistas e demonstrar como sua linha editorial refletia uma postura liberal ambivalente, oscilando entre a crítica ao governo e a defesa da ordem social estabelecida. A metodologia baseia-se na análise bibliográfica sobre história da imprensa e na contextualização histórica do jornal a partir de fontes secundárias, com ênfase nas edições de março a setembro de 1917. As considerações finais apontam que O Estado de S. Paulo, ao assumir o papel de mediador no conflito grevista, consolidou sua posição como representante de uma "oligarquia ilustrada" que buscava modernizar as relações sociais sem romper com as estruturas de poder vigentes. O artigo dialoga com os conceitos de "grande imprensa" formulados por Tânia Regina de Luca e Nelson Werneck Sodré, bem como com as análises de Barbara Weinstein sobre a cobertura do jornal durante as greves do início do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: História da imprensa; Primeira República; O Estado de S. Paulo; Greve Geral de 1917; Elite paulista; Oligarquia ilustrada.

1 - INTRODUÇÃO

O jornal O Estado de S. Paulo ocupa, desde sua fundação ainda sob o nome de A Província de S. Paulo em 1875, uma posição singular no cenário da imprensa brasileira. Criado por um grupo de republicanos liberais paulistas, entre os quais figuravam nomes como Francisco Rangel Pestana, Martinho Prado Júnior e Manoel Ferraz de Campos Sales, o periódico nasceu com o propósito explícito de servir como porta-voz de uma fração da elite que se opunha ao regime monárquico e defendia a modernização das estruturas políticas do país. Com a proclamação da República em 1889, o jornal alterou sua denominação para O Estado de S. Paulo e passou por mudanças significativas em sua direção, notadamente com a ascensão de Júlio Mesquita, que inaugurou o longo predomínio da família Mesquita sobre a linha editorial do veículo (CAPELATO; PRADO, 1980).

O objetivo deste artigo é analisar a trajetória e a caracterização do periódico como parte da chamada "grande imprensa" no contexto da Primeira República, compreendendo seu papel como ator político inserido nas disputas das elites paulistas e sua posição ambivalente frente aos movimentos sociais, particularmente durante a Greve Geral de 1917. A pesquisa que fundamenta este trabalho utilizou como fonte primária as edições do jornal compreendidas entre março e setembro daquele ano, além de uma revisão bibliográfica centrada nos estudos sobre história da imprensa e história social do trabalho.

Para situar adequadamente a análise, é necessário recuperar o contexto social e econômico da cidade de São Paulo no ano de 1917. A capital paulista vivia um momento de intensa transformação: sobre os paralelepípedos, trilhos dos bondes, sob as chaminés e apitos que ecoavam das fábricas de uma indústria que se desenvolvia aceleradamente, os trabalhadores se locomoviam. Saindo em sua grande maioria de moradias precárias, cortiços, pensões e vilas operárias, a cidade era, naquele momento, moldada por eles, mas não para eles. Além de enfrentarem baixa nos salários, carestia e aumento no custo de vida, mesmo com o crescimento da produção devido principalmente às exportações, os operários viam-se desamparados em um cenário de guerra mundial que agravava ainda mais suas condições de existência.

Esse é o cenário, o plano de fundo tangível que podemos esboçar da capital do então estado que se tornava o mais rico da jovem

República, enriquecida e prestigiada pelos lucros advindos a oeste, principalmente oriundos do café, cujo fruto até pouco tempo era colhido por mãos ainda em regime escravista. No período aqui estudado, são as mãos de colonos pobres que, fugindo da miséria em grande parte do campo europeu e dos conflitos – sejam internos ou generalizados – da Primeira Grande Guerra, buscaram nesta terra um novo futuro.

No ano para o qual nossa atenção estará voltada, uma grande parcela desses imigrantes já havia feito o caminho de volta ao seu ponto de partida: a cidade de São Paulo, da qual partiam para as fazendas, e agora engrossavam as fileiras de operários, juntamente com mulheres e crianças – que em alguns ramos, principalmente na tecelagem, eram a grande maioria da mão de obra. A Primeira Guerra Mundial, que se desenrolava na Europa, teve impactos profundos na economia brasileira: a retração das importações estimulou a produção industrial nacional, mas também gerou um aumento significativo no custo de vida. Os gêneros de primeira necessidade tiveram seus preços elevados de forma assustadora, enquanto os salários permaneciam nos mesmos patamares de 1914. Essa combinação de intensificação do trabalho – com jornadas que chegavam a doze ou catorze horas diárias – e deterioração das condições de vida criou o caldo de cultura para a eclosão do maior movimento grevista até então registrado no país. 1917 foi um ano emblemático. Para sermos modestos, marca não só uma grande retomada na luta da classe operária em São Paulo, como, em meio à Primeira Guerra Mundial, a Revolução dos Sovietes irá mudar o século XX até o seu final. O temor de que os acontecimentos russos pudessem se repetir em terras brasileiras perpassava as preocupações das elites e da grande imprensa, que acompanhavam com apreensão o crescimento do movimento operário organizado.

Outro ponto importante que não pode ser deixado de lado é que partimos do pressuposto de usar conceitos que, embora tenham sido objeto de revisões historiográficas, permanecem fundamentais para a análise. Um deles é o de classe. A perspectiva desenvolvida por Yara Aun Khoury (1981) em sua obra sobre as greves de 1917 é fundamental para compreendermos que uma classe se define a partir de suas condições objetivas e de sua relação com as outras classes, organizando-se segundo as possibilidades dadas por suas condições específicas. Essa abordagem nos permite entender que a Greve Geral de 1917 não foi um movimento espontâneo ou meramente reativo à fome, como muitas vezes a grande imprensa tentou caracterizar. Havia tradição de luta, havia organização prévia, havia a ideia de direito e de justiça que demonstra que, para além da fome e sua necessidade de ser saciada, existiam motivos mais profundos para os levantes populares.

Conforme argumenta Tânia Regina de Luca (2010), a expressão "grande imprensa", embora consagrada, carece de precisão conceitual e adquire significados peculiares conforme o momento histórico em que é empregada. De forma genérica, designa o conjunto de títulos que compõem a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro. No contexto da Primeira República, a consolidação dessa grande imprensa esteve diretamente vinculada às transformações estruturais pelas quais passava o país: o fim da escravidão, a instauração do regime republicano e seu ideal de reformar o ensino e disseminar o letramento, a prosperidade trazida pelo café, o crescimento dos centros urbanos e do setor de serviços – com particular destaque para o Rio de Janeiro e São Paulo –, a extensão da malha ferroviária, a entrada de grandes levas de imigrantes e o início de um primeiro surto industrial. Circunstâncias que, a um só tempo, favoreciam e demandavam a circulação da informação.

É nesse cenário de profundas transformações que O Estado de S. Paulo se consolida

como um dos principais representantes da imprensa paulista e nacional, mantendo uma linha editorial que, como demonstra Weinstein (1980), oscilava entre a independência crítica em relação ao Partido Republi-

cano Paulista e a defesa intransigente dos interesses das elites econômicas quando estas se sentiam ameaçadas pela organização da classe trabalhadora. O período de 1902 a 1917 encontra o jornal em sua fase política mais ambivalente, já tendo abafado seu apoio ao Partido Republicano, mas não tendo ainda estabelecido alianças sólidas com outros grupos organizados.

Esta pesquisa busca, portanto, contribuir para as discussões sobre a história da imprensa e a história social do trabalho, oferecendo uma análise da atuação de O Estado de S. Paulo que leve em conta sua posição dentro da imprensa naquele período, no establishment político e frente às questões sociais provocadas pela sublevação da classe operária. Buscamos através das fontes recolhidas no acervo do próprio jornal e da bibliografia escolhida traçar um perfil da atuação durante o período da greve, compreendendo como um representante da grande imprensa, fortemente ligado às elites econômico-políticas do estado, posicionou-se diante de um movimento que buscava, para além de reivindicações imediatas, construir um movimento operário forte e que pudesse fazer frente à exploração aviltante a que os trabalhadores eram submetidos.

2 - DESENVOLVIMENTO

2.1 A CONSTITUIÇÃO DO PERIÓDICO E SUA INSERÇÃO NA GRANDE IMPRENSA

O surgimento e a consolidação de O Estado de S. Paulo como órgão da grande imprensa não podem ser compreendidos sem que se considere o contexto mais amplo de transformações pelas quais passava a imprensa brasileira na virada do século XIX para o XX. Nelson Werneck Sodré (1999), em sua clássica obra sobre a história da imprensa no Brasil, identifica nesse período uma transição fundamental: os jornais deixavam de ser empreendimentos artesanais e panfletários para se tornarem empresas jornalísticas, com estrutura administrativa complexa, especialização de funções e crescente dependência da receita publicitária.

Barbara Weinstein (1980) oferece uma caracterização detalhada da trajetória do periódico que merece ser considerada com atenção. A autora destaca que o jornal foi criado especificamente para servir de porta-voz de um grupo cada vez mais importante de paulistas liberais republicanos, tendo sido publicado pela primeira vez em janeiro de 1875 sob a editoria de Francisco Rangel Pestana. Seus primeiros apoiadores incluíam Martinho Prado Júnior e Manoel Ferraz de Campos Sales, futuro presidente da República. Embora seus fundadores fossem quase uniformemente abolicionistas e republicanos, o jornal manteve uma postura apenas moderadamente republicana até os últimos anos da década de 1880, evitando afastar potenciais financiadores e leitores da classe alta paulistana.

Com a proclamação da República, o periódico passou por transformações significativas. Substituindo Rangel Pestana, que se demitiu em 1881 para assumir sua cadeira no Senado Federal, veio Júlio Mesquita, um jornalista republicano que havia sido recentemente eleito representante para a Assembleia Constituinte. Essa transição marcou o início da posição dominante da família Mesquita no comando editorial do jornal, posição que permaneceria, de forma modificada, ao longo das décadas seguintes. Sob a editoria de Mesquita, começou a ocorrer uma mudança na relação do periódico com o Partido Republicano Paulista. Apesar de sua associação original com os republicanos, o jornal nunca se identificou abertamente com um partido político particular, e nos primeiros anos do século XX passou a manter uma postura de independência e até mesmo de certa crítica ao grupo político no poder.

É crucial observar que a crítica limitada, mas contínua, de O Estado de S. Paulo aos republicanos intensificou-se durante as duas décadas seguintes e levaria, oportunamente, ao apoio entusiástico do periódico ao Partido Democrático no final dos anos 1920. Entretanto, o período de 1902 a 1917 encontra o jornal em sua fase política mais ambivalente, já tendo abafado seu apoio ao Partido Republicano Paulista, mas não tendo ainda estabelecido alianças sólidas com outros grupos organizados. Essa ambivalência seria

crucial para compreender o posicionamento do jornal durante a Greve Geral de 1917, quando o periódico assumiria um papel de mediador que, sob a aparência de neutralidade, buscava preservar os interesses fundamentais das elites frente à ameaça representada pela mobilização operária.

Como observa Luca (2010), o período em apreço foi marcado por circunstâncias que, a um só tempo, favoreciam e demandavam a circulação da informação. A prosperidade trazida pelo café, o crescimento dos centros urbanos e do setor de serviços, a extensão da malha ferroviária, a entrada de grandes levas de imigrantes e o início de um primeiro surto industrial criaram as condições materiais para que a imprensa se expandisse e se modernizasse. É precisamente nesse contexto que O Estado de S. Paulo se firma como um dos principais veículos da imprensa nacional, acompanhando e influenciando os debates políticos e sociais que marcariam a Primeira República.

2.2 A GRANDE IMPRENSA COMO PODER PARALELO NA REPÚBLICA VELHA

A caracterização da grande imprensa como um poder paralelo na estrutura política da Primeira República é fundamental para compreender o papel desempenhado por O Estado de S. Paulo durante a greve de 1917. Conforme argumenta Sodré (1999), a imprensa inserida no capitalismo detém o controle da informação e de sua circulação, gerando assim poder político que, no caso brasileiro, constituiu-se como fator de regulação econômico-política ao longo de todo o período republicano. O jornal, como empresa capitalista, não apenas informava, mas formava opinião, influenciava decisões governamentais e mediava conflitos entre as diferentes frações das classes dominantes e, quando necessário, entre estas e as classes subalternas.

Luca (2010) acrescenta que a liberdade frente aos poderes constituídos era considerada essencial para o livre exercício da crítica, vista como indispensável ao pleno funcionamento do jogo democrático. Contudo, análises a respeito da trajetória do jornal evidenciaram os limites e as ambiguidades desse apregoado liberalismo, cuja fidelidade flutuava ao sabor das circunstâncias e diminuía sensivelmente diante de riscos efetivos de transformações sociopolíticas mais profundas.

Essa caracterização é particularmente relevante para o caso de O Estado de S. Paulo. O jornal, como argumenta Weinstein (1980), parece ter geralmente encarado os industriais como carentes de impulsos paternalistas tradicionais para com seus empregados. Por outro lado, os operários eram vistos como fracos, sem poder e sem defesas efetivas contra seus exploradores. Naturalmente, sua exploração era essencial para o funcionamento da economia de São Paulo, mas o jornal poderia, não obstante, colocar alguns limites em sua degradação. Entretanto, a simpatia do periódico pela má condição dos operários normalmente se evaporava tão logo o proletariado exibia qualquer coisa além da fraqueza e dependência.

Weinstein (1980) aprofunda essa análise ao examinar o tratamento dado pelo jornal a diferentes movimentos grevistas. A autora demonstra que as atitudes do periódico em relação às greves não dependiam somente de suas opiniões sobre as reivindicações e conduta dos operários, mas também, implícita ou explicitamente, de suas opiniões a respeito das ações dos patrões e das políticas do governo. O tipo de tratamento que um movimento particular da classe operária receberia do jornal era frequentemente independente dos assuntos reais de greve. Além disso, a opinião do periódico acerca do papel do governo nesses assuntos também dependia bastante dos grupos econômicos envolvidos. O exemplo mais claro é a greve ferroviária de 1906, na qual o apoio firme do jornal à restauração do serviço dos trens levou-o a ignorar totalmente os descontentamentos dos operários e a tolerar os atos mais brutais da repressão.

Khoury (1981), por sua vez, propõe uma abordagem metodológica que evita generalizações apressadas sobre a imprensa. Para a autora, é necessário ater-se a características próprias aos conjuntos de periódicos em determinada conjuntura e em relação a um as-

sunto específico, pois um jornal pode variar sua linha orientadora no decorrer do tempo, seja por mudanças de direção ou de proprietários, seja por interesses imediatos ditados pelo momento. Essa observação metodológica é crucial para não incorrermos em anacronismos ou em uma visão monolítica da imprensa, reconhecendo que, dentro de certos limites estruturais, havia espaço para variações e posicionamentos diferenciados conforme a conjuntura.

2.3 O CONTEXTO DA GREVE GERAL DE 1917 E A POSIÇÃO DO PERIÓDICO

A Greve Geral de 1917 representa um ponto de inflexão na história do movimento operário brasileiro. Biondi e Toledo (2018) argumentam que o movimento grevista e sua organização não eram permeados exclusivamente pelo movimento anarquista, como sugeriu parte da historiografia, mas compunham-se de socialistas, sindicalistas revolucionários e outras correntes, o que torna muito mais complexa a atuação de cada grupo nessa conjunção que fomentou a maior greve até aquela data na cidade de São Paulo. Essa diversidade ideológica e organizativa desmente a narrativa simplificadora que, à época, era veiculada pela grande imprensa e pelo patronato, que atribuíam o movimento exclusivamente à ação de "agitadores estrangeiros".

O cenário que serve de pano de fundo para a eclosão do movimento é o de uma São Paulo que se industrializava aceleradamente, baseada principalmente em mão de obra imigrante. Os trabalhadores enfrentavam baixa nos salários, carestia e aumento no custo de vida, mesmo com o crescimento da produção devido principalmente às exportações em meio à Primeira Guerra Mundial. A guerra em território europeu, particularmente após a entrada dos Estados Unidos, fez com que o custo de vida se tornasse insustentável, enquanto os salários permaneciam nos patamares de anos anteriores. A mais-valia multiplicava-se a passos largos, enquanto a não regulamentação do trabalho feminino noturno, do trabalho de menores e a eliminação do trabalho infantil permaneciam como reivindicações não atendidas.

É nesse contexto que O Estado de S. Paulo se vê confrontado com a necessidade de se posicionar frente a um movimento social de proporções inéditas. A análise das edições do jornal durante o período da greve revela, como será aprofundado em estudos subsequentes, uma cobertura marcada por silêncios significativos e por um discurso que, ao mesmo tempo em que reconhecia a legitimidade de algumas

reivindicações operárias, buscava circunscrevê-las a limites aceitáveis para a ordem social estabelecida.

Lopreato (2000) observa que as primeiras agitações por aumento de salário foram apreciadas como uma questão de direito operário e de justiça social por uma parcela significativa dos principais jornais em circulação diária em São Paulo. A greve era vista como a manifestação de um direito e um meio legítimo de pressão. O problema aventado pelos jornais era a ausência de uma legislação trabalhista e de um tribunal de arbitragem para resolver os conflitos entre patrões e empregados. A autora acrescenta que algumas matérias jornalísticas apontaram para a lucratividade que certos setores industriais, como o têxtil, tiveram após a eclosão da guerra europeia em virtude do aumento da demanda pelos seus produtos. O aumento da produção, resultante em grande parte da intensificação da exploração do trabalho – principalmente infantil e feminino –, rendeu ganhos financeiros aos patrões, mas, ao mesmo tempo, agravou a já precária situação do operariado.

As reivindicações apresentadas pelo Comitê de Defesa Proletária expressavam os interesses e necessidades dos trabalhadores, exigindo a ação tanto do Estado como dos empregadores. Entre elas estavam a jornada de oito horas, semana de cinco dias e meio, fim do trabalho de crianças, restrições à contratação de mulheres e adolescentes, segurança no trabalho, pagamento pontual dos salários, aumento salarial, redução do preço dos aluguéis e no custo dos bens de consumo básicos, respeito ao direito de sin-

dicalização, libertação dos trabalhadores presos durante as greves e recontratação de todos os grevistas demitidos. Essas demandas nos dizem muito sobre as dificuldades da vida e do trabalho da população pobre da cidade naquele período (BIONDI; TOLEDO, 2018).

Os autores acrescentam ainda uma dimensão fundamental para compreendermos o significado histórico da greve: o movimento representou um ponto de divisão entre um período de desorganização das associações sindicais e outro no qual as associações desenvolveram uma estrutura consistente, uma rede de grupos mais sólida, que passou a desenvolver uma ação mais evidente aos olhos da classe dirigente brasileira. Até aquele período, a questão social urbana em cidades industriais como São Paulo tinha sido encarada como um fato de ordem pública. A partir da greve, tornou-se impossível ignorar a existência de uma classe trabalhadora organizada e com capacidade de mobilização.

Essa transformação na percepção da questão social pelas elites é fundamental para

compreendermos o papel que a imprensa, e particularmente O Estado de S. Paulo, assumiria durante e após a greve. O jornal, como representante de uma "oligarquia

ilustrada", percebeu que a repressão pura e simples não seria suficiente para conter um movimento daquelas proporções, sendo necessário incorporar mecanismos de mediação e negociação que, ao mesmo tempo em que atendiam a algumas demandas imediatas dos trabalhadores, preservavam os fundamentos da ordem social.

Weinstein (1980) oferece uma interpretação que ajuda a compreender as motivações mais profundas do posicionamento do periódico. A autora sintetiza que a simpatia do jornal pela má condição dos operários normalmente se evaporava tão logo o proletariado exibia qualquer coisa além da fraqueza e dependência. Embora reconheça que essa visão constitui uma generalização, trata-se de uma caracterização essencialmente correta da postura do periódico frente às classes sociais em confronto.

3 - CONCLUSÃO

A análise da trajetória e da caracterização de O Estado de S. Paulo como representante da grande imprensa na Primeira República permite identificar os contornos de uma "oligarquia ilustrada" que, a partir de seu posicionamento liberal, buscava influir nos rumos políticos do estado e do país sem, contudo, romper com as estruturas fundamentais de poder que garantiam sua posição privilegiada. O conceito de "oligarquia ilustrada", que dá título à monografia que originou este artigo, sintetiza precisamente essa posição: uma fração da elite que se percebia como portadora de um projeto modernizador, mas que não estava disposta a abrir mão dos privilégios e do controle que exercia sobre a sociedade.

O periódico, fundado como porta-voz dos republicanos paulistas e posteriormente transformado em veículo de uma independência política ambivalente, consolidou-se como ator relevante no cenário político da República Velha. Sua inserção na grande imprensa, compreendida como o conjunto de títulos mais significativos em termos de circulação, perenidade e aparelhamento técnico-organizacional, conferiu-lhe um poder de influência que se manifestaria de forma particularmente evidente durante a Greve Geral de 1917. Não se tratava apenas de noticiar os acontecimentos, mas de participar ativamente de seu desenrolar, como ficaria evidente com a criação do Comitê de Imprensa.

A postura do jornal frente à questão social caracterizava-se por uma simpatia condicional pelos operários – limitada aos momentos em que estes se mantinham na posição de vítimas passivas da exploração patronal – e por uma crítica seletiva aos industriais e ao governo, modulada conforme os interesses em jogo. Quando a classe trabalhadora exibia capacidade de organização e ação autônoma, ameaçando a ordem estabelecida, a suposta neutralidade do periódico rapidamente cedia lugar a uma defesa mais explícita dos interesses das elites.

O contexto da Greve Geral de 1917 repre-

sentaria, assim, um momento decisivo para a afirmação de O Estado de S. Paulo como mediador político, papel que lhe permitiria, sob a aparência de árbitro imparcial, conduzir o conflito a um desfecho que preservasse os fundamentos da ordem social. A criação do Comitê de Imprensa, da qual o jornal foi protagonista, constitui a expressão mais acabada dessa atuação. Ao oferecer sua própria redação como espaço para as negociações e ao mobilizar seu capital simbólico para pressionar tanto o patronato quanto o governo a fazerem concessões, o periódico demonstrou que a grande imprensa havia se consolidado como um poder paralelo na estrutura política da Primeira República.

É importante ressaltar, contudo, que essa mediação não foi neutra. A Comissão de Imprensa exerceu o papel de árbitro no conflito entre capital e trabalho, mas o fez dentro de limites que não questionavam a estrutura fundamental de poder na sociedade. O reconhecimento da legitimidade de reivindicações como o aumento salarial e a redução da jornada de trabalho serviu, em certa medida, para esvaziar demandas mais profundas que apontavam para uma transformação estrutural das relações de trabalho. A violenta repressão que se seguiu ao término da greve, com a perseguição e expulsão de lideranças operárias, foi praticamente ignorada pelo jornal, confirmando os limites de seu liberalismo e seu alinhamento fundamental com os interesses das elites.

Cabe refletir sobre as ramificações das atitudes do periódico e da condição da elite paulista em geral para com os primeiros movimentos operários no Brasil. Havia grandes divisões dentro daquela elite, ou o aparecimento de novos grupos que procuravam tornar-se aliados do proletariado? Era a classe operária paulista considerada um aliado político viável? Algum conflito sério se desenvolveu nesse período sobre as condições de trabalho e legislação repressiva? A resposta para as três questões é negativa. Enquanto a classe alta de São Paulo estava longe de ser homogênea, nenhum desacordo era suficientemente sério a ponto de fazer com que algum grupo tentasse reorganizar o sistema político existente.

Essa avaliação é crucial para compreendermos que, a despeito das críticas que O Estado de S. Paulo dirigia ao governo e a certos setores do patronato, o jornal jamais rompeu com os fundamentos da ordem social estabelecida. Sua atuação como mediador na greve de 1917 não representou uma aliança com a classe operária, mas

uma estratégia de contenção do conflito que buscava preservar o essencial das

estruturas de poder.

Conclui-se, portanto, que O Estado de S. Paulo compunha, e ainda compõe, a elite econômica, política e social não apenas da cidade de São Paulo, mas do país. Em seu posicionamento liberal, propunha-se a reconhecer a justiça das pautas operárias, desde que estas seguissem protocolos de comportamento restritos e não ameaçassem as estruturas fundamentais da sociedade. O rompimento desses limites, como ocorreu nos momentos mais agudos da greve de 1917, exigiu do periódico uma intervenção mais direta, que buscou canalizar o conflito para uma solução negociada que, em última instância, garantisse a manutenção da ordem.

A contribuição deste artigo para a historiografia reside em demonstrar que a atuação da grande imprensa durante a Greve Geral de 1917 não pode ser compreendida como mera expressão de imparcialidade jornalística ou de compromisso com a justiça social. Tratou-se, antes, de uma intervenção política calculada, que buscava preservar os fundamentos da ordem ao mesmo tempo em que reconhecia a necessidade de incorporar, de forma controlada, algumas demandas da classe trabalhadora. O conceito de "oligarquia ilustrada" sintetiza essa posição ambivalente: uma elite que se pretendia moderna e esclarecida, mas que não estava disposta a abrir mão de seus privilégios e de seu poder.

A Greve Geral de 1917 representou um ponto de divisão na história do movimento operário brasileiro. A partir dela, as associações sindicais desenvolveram uma estrutura mais

consistente e uma ação mais evidente aos olhos da classe dirigente, que foi forçada a reconhecer a existência de uma classe trabalhadora organizada e com capacidade de mobilização. O Estado de S. Paulo, ao assumir o papel de mediador nesse processo, contribuiu, ainda que involuntariamente, para o reconhecimento da legitimidade da organização operária, ao mesmo tempo em que buscava circunscrevê-la a limites que não ameaçassem a ordem estabelecida. Esse legado ambivalente permanece como uma chave de leitura fundamental para compreendermos as complexas relações entre imprensa, poder e movimentos sociais no Brasil republicano.

REFERÊNCIAS

BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. **Uma revolta urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. **O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo**. Apêndice – WEINSTEIN, Barbara. **Impressões da elite sobre os movimentos da classe operária: a cobertura da greve em O Estado de S. Paulo – 1902/1917**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

KHOURY, Yara Aun. **As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1981.

LOPREATO, Christina Roquette. **O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917**. São Paulo: Annablume, 2000.

LUCA, Tania Regina de. **A grande imprensa na primeira metade do século XX**. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.